



GT 012. Antropologia da Saúde e Direitos Humanos: políticas públicas e agenciamentos sociais em saúde

Sônia Weidner Maluf (PPGAS/UFSC) - Coordenador/a, Erica Quinaglia Silva (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Marcos Aurélio da Silva (Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso) - Debatedor/a, Jaqueline Teresinha Ferreira (Instituto de Estudos em Saúde Coletiva - UFRJ) - Debatedor/a, Sílvia Maria Ferreira Guimarães (DAN/UnB) - Debatedor/a

Antropologia da Saúde no Brasil, além de enfatizar questões clássicas da pesquisa etnográfica, com foco em práticas e saberes locais, tem se debruçado mais recentemente sobre as políticas públicas, o cotidiano dos serviços e das instituições, buscando compreendê-las a partir do Estado "visto de baixo", o que envolve também os saberes técnico-científicos que sustentam essas políticas. A convergência dessas diferentes perspectivas potencializa a pesquisa etnográfica, sobretudo quando feita no que podemos denominar de zona de confluência entre práticas do Estado e políticas públicas, de um lado, e sujeitos sociais, práticas e saberes locais, de outro, em um contexto em que o tema dos direitos humanos, e da saúde como direito humano que deve contemplar as especificidades sócio-econômico-culturais dos sujeitos, comunidades e populações, torna-se central. A proposta do GT pretende, a partir de diferentes perspectivas etnográficas, proporcionar um espaço de reflexão sobre a relação entre Antropologia da Saúde e Direitos Humanos, em um contexto em que de modo geral há um retrocesso nos direitos e na democracia no país, particularmente nas políticas públicas de saúde, com o corte nos orçamentos e mudanças substantivas nos princípios que sustentam o Sistema Único de Saúde e as políticas de saúde mental no país. A articulação de diferentes abordagens etnográficas visa pensar os desafios e os diálogos possíveis entre a Antropologia, Estado e Direitos Humanos no campo da saúde.

A Atuação da Burocracia de Nível de Rua na Implementação de Novas Tecnologias de Prevenção ao HIV/Aids em Porto Alegre/RS

Autoria: Andréa Fachel Leal, Bruno Silva Kauss

O campo das políticas públicas de HIV/Aids tem passado por recentes transformações, em parte, decorrentes do processo de incorporação de novas tecnologias biomédicas de prevenção ao HIV. É o caso da Profilaxia Pós-Exposição ao HIV ou simplesmente PEP, uma tecnologia indicada após relações sexuais consensuais em que há falha, rompimento ou não uso de qualquer forma de prevenção para o HIV. A PEP está disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2010. Apesar disso, a implementação da estratégia ainda carece de estudos qualitativos, principalmente com enfoque na atuação dos profissionais de saúde. O presente work busca investigar os desafios enfrentados pelos profissionais de saúde no campo de implementação de novas tecnologias biomédicas, a partir da análise do caso da PEP num serviço especializado em IST/HIV/Aids de Porto Alegre/RS. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, com o emprego de técnicas de observação de cunho etnográfico e entrevistas em profundidade. O referencial teórico põs em diálogo os campos da Antropologia da Saúde, Políticas Públicas, notadamente na literatura da Burocracia de Nível de Rua, de Lipsky (1980) e Direitos Sexuais. Durante seis meses de campo, entre 2015 e 2016, foram entrevistados profissionais de diversas áreas de formação. A maioria dos entrevistados foi unânime em reconhecer os benefícios da PEP na prevenção ao HIV. No entanto, compreendem que a oferta da estratégia deve ser realizada com cautela, pelo receio do abandono de métodos tradicionais de prevenção ao HIV. Constatou-se a



percepção dos entrevistados de uso reiterado da PEP pelos usuários do SUS, o que é considerado negativo pelos profissionais. Além disso, a partir de pré-concepções dos profissionais, identificou-se a construção de significados sobre os sujeitos e as práticas destes no uso de PEP, o que pode gerar dificuldades no acesso à estratégia, bem como ao exercício de direitos sexuais no âmbito dos serviços públicos de saúde. Conclui-se que as novas tecnologias de prevenção ao HIV para além da ampliação dos benefícios em saúde, promovem mudanças no curso das respostas locais à epidemia de HIV/Aids. Portanto, é fundamental se voltar para o universo dos profissionais de saúde, responsáveis pela mediação entre as políticas públicas e o cidadão e, por consequência, ao exercício de direitos sexuais no contexto dos serviços de saúde.



Realização:



Apoio:



Organização:

